

IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL: FAMÍLIAS DA REGIÃO DA BAIXA MOGIANA*

ADORNO JÚNIOR, Hécio Luiz

Faculdade Santa Lúcia

helcio.prof@santalucia.br

RESUMO

A influência dos imigrantes italianos é marcante na história brasileira. Na segunda metade do século XIX, a vinda dos italianos para o Brasil ocorreu em números expressivos, contribuindo para a diversidade cultural e o desenvolvimento do país, pois os italianos empreenderam diferentes atividades econômicas, como de produção agrícola, especialmente na lavoura do café, principal produto da economia brasileira na época, no comércio e na indústria incipiente. A região da Baixada Mogiana, onde se situam os municípios de Andradadas, Espírito Santo do Pinhal e Mogi Mirim, acolheu muitos imigrantes italianos, entre os quais os das famílias Mangili, Manara e Longato. As contribuições das famílias italianas para o desenvolvimento social de referidas localidades foram significativas, como se pretende demonstrar neste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: História; imigração; italianos; cafeicultura; Baixada Mogiana.

INTRODUÇÃO

A imigração italiana no Brasil foi numericamente expressiva, principalmente na segunda metade do século XIX. Os italianos, em primeiro momento, vinham para o trabalho no campo e atuavam em sistemas de

*A pesquisa sobre a história das famílias mencionadas neste artigo contou com a colaboração de Gustavo Pedroso Mangili (família Mangili), Selma Esperança (família Manara) e Paulo Henrique Longatto (família Longato), aos quais o autor expressa seus sinceros agradecimentos.

colonato ou de parceria com os fazendeiros nas lavouras de café, principal produto da agricultura brasileira na época e que substituiu a cana-de-açúcar, cujo cultivo ficava a cargo de trabalhadores escravizados.

Nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, a região onde se situam os municípios de Andradas, Espírito Santo do Pinhal e Mogi Mirim, conhecida como Baixa Mogiana, recebeu elevado número de imigrantes italianos. A chegada dos europeus foi facilitada pela existência de incentivos financeiros de fazendeiros e do governo e pela existência de transporte ferroviário de boa qualidade na região, à época desenvolvido pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Contava com importante entroncamento em Mogi Mirim e foi inaugurada por Dom Pedro II, em 27 de agosto de 1875 (Silva, 1950).

Os imigrantes chegavam da Itália em navios movidos a vapor que atracavam principalmente nos portos do Rio de Janeiro e de Santos. Desta última localidade, seguiam para São Paulo por ferrovias, de onde rumavam para a região da Baixa Mogiana pelo mesmo meio de transporte, após rápida estadia na Hospedaria dos Imigrantes (Mendes Júnior, 1971).

Será feita, inicialmente, breve incursão pela história da imigração italiana no Brasil. O objeto inicial do estudo será a sociedade europeia do século XIX, para se compreender os motivos pelos quais os italianos deixaram a Europa e vieram para a América, então conhecida como novo continente, em busca de melhores condições de trabalho e de vida para seus familiares.

Em relação ao Brasil, serão analisados o período do segundo Império e os fatores que levaram ao fim do trabalho escravizado e à mudança da atividade econômica no começo do século XX, com a substituição da mão de obra de origem africana pela europeia no campo e o início da industrialização no meio urbano.

Na segunda parte do artigo, será analisada a saga de importantes famílias de origem italiana que se instalaram na região da Baixa Mogiana, como a Mangili, a Manara e a Longato, frente ao contexto histórico anteriormente estudado. O intuito é destacar, na prática, a efetiva participação de imigrantes italianos no desenvolvimento cultural e econômico do Brasil.

2. A EUROPA NO SÉCULO XIX: FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A EMIGRAÇÃO DOS ITALIANOS

A saída de muitas famílias italianas da Europa para buscar novas condições de trabalho no Brasil e em outros países da América foi motivada principalmente por razões econômicas, diante de quadro generalizado de fome e miséria resultante de vinte anos de luta pela unificação territorial e política da Itália (Bezerra, 2023).

Buscou-se, por movimento denominado *Risorgimento*, a reunião dos reinos que compunham a Península Itálica, o que demandou longo período de guerra para a expulsão dos austríacos daquele território. As contendas iniciaram-se na metade do século XIX e terminaram em 1871, com a formação do Reino da Itália, que teve como primeiro monarca Vitor Emanuel II (Jannuzzi, 2005).

Segundo Allegranzi e Callai (2019, p. 8-9):

O *Risorgimento*, que se propõe a lutar contra a dominação estrangeira em favor da unificação da Itália, buscou capitalizar esta inquietação ao pretender unir camponeses e proprietários rurais e urbanos e ainda a nobreza. Evidentemente, cada grupo possuía seus próprios interesses, por vezes conflitantes, mas todos eram contrários tanto à dominação austro-húngara ou borbônica, quanto ao domínio papal. O *Risorgimento* tinha no front político a liderança de Cavour, Mazini e Vitor Emanuele II, rei do Piemonte-Sardenha (futuro rei da Itália), e no front militar destaca-se Giuseppe Garibaldi, antigo carbonário, que inclusive lutou com os farroupilhas no Rio Grande do Sul. (grifos do original)

As lutas pela unificação da Itália estenderam-se até 1929, quando se celebrou o tratado de Latrão e seu formou oficialmente a nação italiana. Apesar de ser acontecimento histórico que marcou o século XIX, a unificação territorial italiana não resultou na formação de identidade cultural. Mantiveram-se as antigas diferenças de história, idioma e cultura, agravadas pelas disparidades econômicas existentes entre as localidades do norte e do sul da península italiana (Bezerra, 2023).

A tardia unificação da Itália atrasou seu desenvolvimento industrial e levou à disputa com outros países europeus pela ocupação do continente africano. As dificuldades econômicas que insuflaram as lutas pela unificação da Itália e se agravaram com sua deflagração sacrificaram principalmente os habitantes do campo, impedindo-os de prover a subsistência de familiares nas pequenas propriedades rurais italianas (Allegranzi; Callai, 2019).

Ainda conforme Allegranzi e Callai (2019, p. 8):

A Península Itálica, no correr do século XIX, apresentava um quadro de grande instabilidade política e, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, uma agricultura atrasada e industrialização muito fraca e restrita a algumas poucas áreas do norte. Encontrava-se, pois, em atraso, quando comparada com Inglaterra e norte europeu. [...] A propriedade da terra muito concentrada nas mãos de latifundiários, nobres e da Igreja, tornava a vida dos *contadini* extremamente difícil.

Era terra pouca, muitos impostos, regime de trabalho, o *mezzadrio*, que garantia ao proprietário parcela significativa do resultado do trabalho. [...] De todo modo, a perspectiva era a miséria, o que forçava a emigração, fosse temporária ou mesmo definitiva. [...] As condições de trabalho sejam na própria Itália ou no exterior resultam num quadro generalizado de miséria e fome. Nos momentos de frustração da safra a situação se agravava sobrevivendo a desnutrição - pelagra, com elevada mortalidade especialmente a infantil.

A insatisfação generalizada com a situação econômica local foi canalizada pelos revolucionários em prol das causas libertárias e da unificação territorial e política da Itália. No entanto, com o término das batalhas, não ocorreu a prometida redistribuição de terras e os impostos aumentaram para manter a nova burocracia estatal italiana. Desta forma, “o sonho libertário que uniu camponeses, trabalhadores e nobreza latifundiária foi apropriado por uma elite que tratou de amoldá-lo aos seus exclusivos interesses [...] e iniciou-se movimento emigratório que assume característica de verdadeiro êxodo” (Allegranzi; Callai, 2019, p. 9).

Muitos italianos, na maioria camponeses, diante de referida situação, emigraram para as Américas do Norte e do Sul, notadamente para os Estados Unidos, Brasil, Uruguai e Argentina (Freire, 2003). De 1860 a 1920, quase um milhão e meio de italianos valeram-se de incentivos governamentais e de fazendeiros brasileiros para mudar para o Brasil, movimento que foi denominado ‘imigração incentivada’ (IBGE, 2022). Cerca de trinta por cento deles vieram do Vêneto, da região centro nordeste da Itália, e muitos outros da Campânia, da Calábria e da Lombardia (IBGE, 2022).

Para Allegranzi e Callai (2019, p. 10):

Os camponeses do norte e do sul abandonam as terras em busca da *cucagna*, que poderia ser encontrada na América, na Europa ou ainda e em outras partes do mundo. Ao conhecer as condições em que era feita a emigração; a dor do abandono dos familiares e do local de nascimento; as viagens; as condições de vida no novo destino tem-se a dimensão da epopeia enfrentada. O primeiro sentimento é considerar o grau de coragem desses homens e mulheres dispostos a tudo enfrentar em busca de seus sonhos. Coragem? Ou seria desespero? Ao darem-se conta de que nada tinham a perder encontram forças para rumar ao desconhecido.

Os italianos precisavam sair da Europa em busca do desconhecido continente americano para melhorar as condições de vida e os incentivos

financeiros vindos dos países da América para emigrar foram decisivos para referida escolha.

No novo continente, com o fruto do trabalho, os imigrantes italianos poupavam recursos para adquirir propriedades no campo ou na cidade, visando melhorar a qualidade de vida de seus familiares, sem esquecer de enviar parte do dinheiro que conseguiam angariar aos parentes que ficavam na Europa (Freire, 2003).

3. IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL: O CICLO DO CAFÉ E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

O Império era o regime de governo vigente no Brasil na primeira metade do século XIX e entrou em declínio a partir da abolição do trabalho escravizado, em 13 de maio de 1888, ocorrida com a edição da Lei Áurea pela Princesa Isabel (Ribeiro, 1912).

Tratou-se de processo gradual de libertação dos trabalhadores escravizados trazidos da África, que decorreu de pressão da Inglaterra para a formação de mercado consumidor para seus produtos industrializados. As lutas travadas por importantes setores da sociedade brasileira e as revoltas e fugas dos próprios trabalhadores também foram significativas para a abolição do trabalho escravizado (Freire, 2003).

Em primeiro momento, proibiu-se o tráfico de trabalhadores escravizados por navios negreiros a partir de 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz. Seguiu-se a edição da Lei do Ventre Livre (1871) e da Lei dos Sexagenários (1885), as quais libertaram os filhos de trabalhadores escravizados nascidos a partir de então e os idosos de mais de sessenta anos, respectivamente (Gomes, 2013).

No entanto, os fazendeiros brasileiros sentiram-se lesados pela monarquia, porque perderam a mão de obra trazida para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar e os recursos financeiros destinados para sua aquisição, sem terem sido indenizados pelo governo após a abolição do trabalho escravizado (Gomes, 2013).

Para Ribeiro (1912, p. 529):

Entretanto, essa lei, mais que todas, humana e cristã, ameaçava o trabalho e feria gravemente os interesses dos agricultores; ainda havia no Brasil mais de setecentos mil escravos que representavam valor aproximativo de quinhentos mil contos. A humanitária reforma produziu, pois, inúmeros descontentes entre aqueles que, representando a fortuna pública, eram por

isso mesmo os esteios da monarquia conservadora, instituição a custo tolerada pela população das cidades e mal sofrida pelos exaltados e radicais que estavam quase todos, como era natural, entre os abolicionistas. Muitos dos agricultores passaram-se ao partido republicano ou ficaram indiferentes ao ataque das instituições; e quando outros descontentamentos surgiram nas fileiras do exército e a imprensa republicana com habilidade os aprofundou, umas e outras forças reunidas levantaram-se em volta, e, depondo as antigas instituições, proclamaram a República (15 de Novembro de 1889).

No período em estudo, o ciclo da cana-de-açúcar havia sido substituído pelo cultivo do café e os antigos canaviais e engenhos perderam espaço para as lavouras cafeeiras. A maioria dos trabalhadores que vieram da África em navios ‘negreiros’ deixou as antigas fazendas dos senhores de engenho, depois assumidas pelos barões do café, em busca de subocupações nas cidades nascentes ou em quilombos, para os quais já fugiam mesmo antes da abolição do trabalho escravizado (Freire, 2003).

Conforme a Enciclopédia Ilustrada do Brasil (1982, p. 224):

O trabalho escravo foi, nos começos da irradiação do café, seu verdadeiro sustentáculo. Só no fim do século XIX o quadro modificou-se. A abolição criou novas condições para a economia cafeeira, sobretudo pela entrada do imigrante – o italiano, em particular. Mas foi o braço escravo que tornou possível toda a marcha dos cafezais, desde suas origens em terra fluminense.

Nas metrópoles nascentes, os antigos trabalhadores escravizados passaram a ocupar desordenadamente os subúrbios, criando bairros que deram origem às atuais comunidades, e encontraram muitas dificuldades para obter colocação profissional, sobretudo as que respeitassem a dignidade do trabalho humano. Aqueles que optaram por permanecer nas fazendas após a abolição do trabalho escravizado passaram a se dedicar aos afazeres na ‘Casa Grande’, com pouca ou nenhuma remuneração, situação que é vista como precursora da categoria dos atuais trabalhadores domésticos (Freire, 2003).

Para atender à necessidade de mão de obra para o cultivo do café nas fazendas brasileiras em substituição aos antigos trabalhadores escravizados, a saída encontrada pelos fazendeiros foi buscar trabalhadores estrangeiros, principalmente os italianos, para a vinda dos quais contribuíram financeiramente, como já se destacou.

Ainda segundo a Enciclopédia Ilustrada do Brasil (1982, p. 224):

Após a abolição da escravidão em 1889, a economia cafeeira encontrou no imigrante o elemento capaz de dar continuidade à exploração dos cafezais, substituindo a mão de obra escrava. Foi a partir de 1880 que o imigrante encontrou nas fazendas cafeeiras como mão de obra, momento em que a expansão dessa lavoura alcançava as zonas denominadas Mogiana e Paulista. Com a introdução do imigrante realizaram-se as principais experiências de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e foi em São Paulo que a entrada do imigrante teve seu princípio como recurso a que se viram obrigados a recorrer os proprietários agrícolas. Na década de 1880, São Paulo recebeu 41,75% dos imigrantes entrados no país; a partir de então, cresce o volume de estradas de ferro e de rodagem, como exigência mesma da lavoura cafeeira.

Conforme a Larousse Cultural (1998, p. 3091):

Ao contrário do que aconteceu no Sul, a imigração para São Paulo foi promovida inicialmente pelos cafeicultores e apenas posteriormente contou com a participação da ação estatal que chegou a subvencionar a vinda dos imigrantes. Esta diferença em relação à região Sul deve-se à expansão cafeeira para o oeste paulista ter ocorrido a partir de 1850, quando as importações de escravos já estavam proibidas, e as dificuldades impostas pelos preços e pela pequena oferta de mão de obra escrava no país impossibilitava sua plena utilização. Começou então a procura de mão de obra de imigrantes, que eram contratados pelo sistema que ficou conhecido como colonato: o salário fixo pelo trato de determinado número de cafeeiros, um variável pela colheita de café e mais o direito de moradia, de plantio e de criação de animais dentro da propriedade.

Valendo-se dos mencionados incentivos governamentais para a imigração, os italianos vinham ao Brasil para trabalhar em sistema de colonato, com ganho fixo acrescido de participação na produção, ou de parceria, pelo qual cuidavam da lavoura e ficavam com a metade do resultado da colheita do café, o que foi denominado ‘meação’.

Consoante a Enciclopédia Ilustrada do Brasil (1982, p. 225-226):

O sistema de trabalho variava segundo a área onde as fazendas estavam localizadas. Na região oeste de São Paulo, o trabalho foi quase todo entregue ao imigrante, mediante contrato. Os colonos tinham a seu cargo o plantio e a colheita, cuidando da respectiva cultura, isto é, a capina, a poda, a adubação, a secagem e o transporte do produto para ser beneficiado.

A colheita era feita geralmente por tarefa, recebendo o colono determinada quantia por alquere de 50 litros colhidos. Quando o número de colonos era insuficiente para a apanha, admitiam-se as chamadas ‘turmas de solteiros’ para a colheita.

Muitos colonos italianos conseguiram guardar as economias e adquirir terras no Brasil para desenvolver suas próprias atividades agrícolas, tornando-se novos produtores rurais de café e prosperando financeiramente. Outros imigrantes de origem italiana optaram por aplicar os recursos economizados no campo em atividades comerciais e industriais no meio urbano, o que foi significativo para o crescimento das cidades, especialmente das atuais metrópoles brasileiras.

4. DA CULTURA CAFEIEIRA PARA A INDÚSTRIA NASCENTE

Os atuais grandes centros urbanos brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro, começaram a surgir com a industrialização. Muitas famílias migraram do campo para as cidades com o propósito de trabalhar nas indústrias nascentes, notadamente nos ramos da alimentação e de confecção de roupas, como, por exemplo, a Matarazzo, no bairro da Lapa, em São Paulo.

Segundo a Larousse Cultural (1998, p. 3091):

Foram sobretudo os imigrantes italianos que vieram para o Estado, representando 16% da população paulista em 1900. Das fazendas de café, os italianos posteriormente se dirigiam para as cidades, participando ativamente como mão de obra (logo mais, como investidores) no processo da industrialização.

Em 1901, nas indústrias paulistanas, aproximadamente 90% dos trabalhadores eram oriundos da Itália, o que representava cerca de cinquenta mil pessoas, ao ponto de São Paulo ser chamada de cidade italiana (IBGE, 2023).

Conforme a Enciclopédia Ilustrada do Brasil (1982, p. 226-227):

O colono, geralmente o imigrante italiano, foi outro agente modificador, pois introduziu novos hábitos no ambiente cafeeiro. Os velhos alicerces da estrutura agrária transformaram-se pelo que o colono estrangeiro introduziu. O surgimento de outras atividades econômicas, como a criação de gado, o aparecimento da indústria, novos hábitos, outros costumes eram sinais evidentes da decadência do café; onde outrora se estendia o cafezal, a indústria foi implantando sua influência, introduzindo aspectos inusitados na paisagem regional. E

aliás foi graças ao impacto industrial que algumas das antigas cidades, abandonadas e decadentes, começaram a ressurgir.

A presença de imigrantes no Brasil e na Argentina (país que também recebeu muitos italianos), foi decisiva para o nascimento da indústria e para a expansão populacional ao interior do território, para o que contribuiu significativamente a existência de boa malha ferroviária.

Conforme Lanza e Lamounier (2012, p. 16-17), em análise sobre a semelhante influência da vinda de imigrantes italianos para a industrialização de ambos os países:

Como pudemos ver, a revisão bibliográfica inicial mostrou que, tanto para o Brasil quanto para a Argentina, o período de 1870 a 1930 foi de grande crescimento e desenvolvimento econômico. Até 1870, ambos eram países com baixa densidade populacional e grandes espaços vazios e baixo ritmo econômico. A economia baseada na exportação de gêneros primários trouxe investimentos em infraestrutura, principalmente em transportes, com as ferrovias, que tiveram um papel importantíssimo na integração dos mercados distantes com as metrópoles e com os portos exportadores. Por meio delas se dava a dispersão da nova população imigrante para o interior dos países e também pelos seus trilhos ocorria o transporte e escoamento da produção agropecuária. As duas economias exerceram a atração de imigrantes, seja para a substituição da mão de obra escrava, como no Brasil, seja para a colonização e aumento do mercado trabalhador, como na Argentina. Os dois países foram os que mais atraíram imigrantes no período estudado. A massiva entrada destes teve grande impacto em ambos. Com o trabalho livre assalariado, ocorreu o desenvolvimento e crescimento do mercado consumidor, da economia monetária e aumento da demanda por gêneros manufaturados. Essa demanda local por bens industrializados aliada com a crescente renda advinda da economia exportadora, a economia monetária e a modernização da infraestrutura propiciaram a expansão das manufaturas destinadas ao mercado interno.

O principal objetivo da indústria nascente no Brasil foi a exportação de produtos manufaturados. Mas também houve a criação de mercado consumidor interno, principalmente nos períodos das grandes guerras mundiais, nos quais a importação de produtos estrangeiros para abastecer a economia brasileira ficou prejudicada. Os trabalhadores assalariados compunham expressivamente o mercado consumidor interno dos produtos industrializados e a mencionada existência de boa infraestrutura de transporte ferroviário

foi importante para o escoamento da produção aos portos brasileiros para fins de exportação.

Ainda segundo Lanza e Lamounier (2012, p. 17):

[...] No entanto, os dados analisados mostram que a indústria leve, de processamento de matéria prima, de produção de gêneros alimentícios e de vestuário, e inclusive oficinas mecânicas e de produção de maquinário para o setor agrícola (como ocorre no Nordeste Paulista no período) já estavam instaladas e em funcionamento. [...] Muitos dos empresários que constam nas fontes documentais eram imigrantes e produtores de bens de difícil importação, como alimentos perecíveis e que sabiam que eram necessários ou comuns aos seus compatriotas. Outros, após algum tempo trabalhando nas fazendas de café, resolviam buscar a vida nas cidades passando a formar a economia urbana, com o desenvolvimento de comércios e também atuando como imigrante-importador. Logo em 1904 nota-se a existência de seis fábricas de massas, todas elas pertencentes à industriais com sobrenome italiano. Em 1913 voltam a figurar italianos no setor de massas e também no setor de bebidas, em oficinas mecânicas e outros setores. Nos anos de 1928, 1929 e 1930 nota-se um crescimento ascendente das indústrias e dos investimentos no setor industrial na cidade de Ribeirão Preto, sempre com a presença de imigrantes – italianos em sua maioria – como empresários industriais.

As condições de trabalho encontradas nos centros urbanos não eram satisfatórias para os trabalhadores, assim como os salários e as moradias, estas formadas por cortiços ou comunidades situados em bairros operários, como o Brás e o Bexiga, em São Paulo.

A situação levou à criação de associações de trabalhadores e às paralisações no trabalho para a reivindicação de melhorias (greves), com inspirações anarquistas, iluministas e socialistas trazidas da Europa. Referidos movimentos influenciaram a criação da legislação trabalhista, que foi reunida em 1943, pelo Governo de Getúlio Vargas, com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (Franco, 2003).

5. A CHEGADA DE FAMÍLIAS ITALIANAS AO BRASIL

O período de maior imigração italiana para o Brasil foi de 1880 a 1930, coincidente com o início da cultura do café e com o nascimento da indústria em centros urbanos. Os Estados brasileiros que mais receberam os imigrantes italianos foram os das regiões Sul e Sudeste (Lázaro, 2014).

No censo nacional que pesquisou a origem do povo brasileiro em 1940, mais de um milhão e trezentos mil pessoas declararam ter ascendência italiana, quase trezentos mil disseram ser italianos natos e outros quarenta mil naturalizados brasileiros, o que correspondia a cerca de 3,8% da população. O Brasil é o país em que vivem os descendentes de italianos em maior número fora da Itália (Allegranzi; Callai, 2019).

Segundo Bridi e Campos (2016, p. 14-15):

O passaporte do emigrante italiano, além de indicar para qual país ele viajaria, mencionava a cidade em cujo porto deveria desembarcar. [...] A grande maioria dos contingentes sociais era formada por pessoas de classes sociais mais humildes, que geralmente viviam em aldeias, vilas ou, mais frequentemente, no meio rural. Não eram muitos os imigrantes que tinham prática em atividades mais urbanas que rurais (profissões ou ofícios como os de pedreiro, carpinteiro, sapateiro, marceneiro, etc.). Eles fizeram em navios a viagem oceânica. Geralmente viajavam na terceira classe ou, na melhor hipótese, na segunda, em busca das sonhadas melhores condições de salário, trabalho e qualidade de vida.

Os costumes e tradições dos italianos influenciaram fortemente a cultura da população brasileira, com contribuição em diferentes setores da sociedade, sobretudo na economia, nos meios rural e urbano. Houve significativas influências também no empreendedorismo, na religião (católica), nas artes e na alimentação. Novas técnicas agrícolas foram trazidas pelos italianos para o campo, porque estavam habituados a atuar em pequenas propriedades e em sistema de policultura na Europa (Bridi; Campos, 2016).

De acordo com a Enciclopédia Ilustrada do Brasil (1982, p. 224):

Assim, foi na fazenda do café onde se verificaram as primeiras relações culturais referentes às modificações na organização do trabalho, com a presença do imigrante. Sua atuação contribuiu para tais modificações, sobretudo introduzindo novos elementos culturais no ambiente regional. Com os italianos, cuja entrada se avolumou a partir de 1877, mais importante se tornou essa participação; eram geralmente denominados 'colonos', expressão que traduzia essa localização em casas que formavam colônia, dentro da propriedade.

Nos Estado de São Paulo e Minas Gerais, a Baixa Mogiana foi importante polo de atração de famílias de origem italiana, o que foi facilitado pela existência de boa malha ferroviária na região. A existência de muitas

fazendas em que se cultivava o café demandou a vinda de imigrantes italianos para o trabalho na lavoura como colonos ou meeiros. Os fazendeiros de café eram os maiores investidores das companhias ferroviárias da época, as quais eram criadas com o propósito de escoar seus produtos até o porto de Santos para exportação.

A região da Baixada Mogiana era atendida pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, a qual foi fundada em 1872, em Mogi Mirim. A linha férrea partia de Campinas e tinha em Mogi Mirim importante entroncamento ferroviário, com destino final em cidades do norte do Estado de São Paulo e do sul do Estado de Minas Gerais (Bridi; Campos, 2016).

Segundo Urbine (2012, p. 45):

Em 1872, aconteceu a primeira assembleia de fundação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, realizada no solar do Coronel Guedes, onde hoje existe a Praça São José. Coronel Leitão foi um dos maiores acionistas da Mogiana, sendo um dos primeiros juntamente com o Dr. Ulhôa Cintra, o Barão de Jaguará e outros. Mogi Mirim, no século XIX, teve duas fases distintas: antes e depois da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. A ferrovia acelerou de maneira notável o desenvolvimento físico e econômico da cidade, dando novo alento ao povo e a nossos políticos e administradores. Mas, principalmente, a expansão da lavoura cafeeira do município foi beneficiada e atingiu proporções inéditas, enriquecendo os produtores e aumentando o contingente de mão de obra escrava, que chegou a ser um dos maiores da Província de São Paulo. [...] Finalmente, em 27 de agosto de 1875 e com grandes festejos em Mogi Mirim, era inaugurada a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, nascida na cidade e que chegou a ser a maior ferrovia do Brasil. [...] E entre justas aclamações de júbilo, eis que surge bem distante a locomotiva inaugural da grande via férrea paulista, que entra triunfalmente na estação com seus apitos característicos, trazendo em seu bojo D. Pedro II.

Ao desembarcarem no porto de Santos, os viajantes geralmente se dirigiam de trem à Hospedaria dos Imigrantes do Brás, em São Paulo. O transporte de Santos a São Paulo e depois para Jundiá era feito pela São Paulo Railway Company e desta última localidade a Campinas ficava a cargo da Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

Consoante Marques (2019, s/p):

A ideia de se fundar uma companhia particular para construir uma estrada de ferro em São Paulo surgiu em 1864, quando a inglesa São Paulo Railway Company, que ligava Santos a

Jundiaí, declarou-se impossibilitada de prolongar seus trilhos até Campinas. Em 1867, um grande passo foi dado para que a ferrovia se expandisse: um grupo de fazendeiros negociantes e capitalistas se reuniu com o Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, Presidente da Província de São Paulo, e decidiu fundar a Companhia Paulista, para atender ao progresso da lavoura cafeeira. [...] Em 11 de agosto de 1872 foi inaugurada a Companhia Paulista, quando o trem chegou à cidade de Campinas. Em 1880, a construção atingiu as margens do Rio Mogi Guassu, quando passou a utilizar a navegação fluvial entre Porto Ferreira e Pontal, numa extensão total de 200 quilômetros.

A Hospedaria dos Imigrantes do bairro do Brás, em São Paulo, foi construída entre 1886 e 1888 e funcionou como importante centro de recepção de estrangeiros no Brasil, tendo recebido mais de dois milhões de pessoas entre 1887 e 1978. A hospedagem no local mencionado, no fim do Império e no início da República, era feita pelo tempo necessário para o embarque no transporte ferroviário com destino ao interior do Estado de São Paulo ou ao sul do Estado de Minas Gerais, para onde usualmente iam os imigrantes europeus que chegavam no porto de Santos (São Paulo, 2023).

Conforme Bridi e Campos (2016, p. 15):

Após o desembarque no Rio de Janeiro, eram levados para a Ilha das Flores, ou desembarcavam em Santos. Posteriormente ao exame médico e à vacinação, os imigrantes viajavam de trem até a cidade de São Paulo, onde ficavam alojados na Hospedaria dos Imigrantes, no Bairro do Brás e inaugurada oficialmente em 1888. Em seguida a um certo período de “quarentena”, um número variado era intermediado por agenciadores ou contratado diretamente por fazendeiros que viajavam até a capital paulista, a fim de contratar trabalhadores para sua respectiva propriedade rural. (grifos do original)

Entre os imigrantes italianos que vieram para a região da Baixa Mogiana em busca de novas oportunidades de trabalho e de melhores condições de vida com a utilização de referidos meios de transporte destacam-se os integrantes das famílias Mangili, Manara e Longato, cujo histórico será brevemente estudado a seguir, para ilustrar a relevante contribuição deste povo na formação da cultura brasileira (Bridi; Campos, 2016).

5.1 A família Mangilli

O nome de Lorenzo Mangili aparece como um dos integrantes mais antigos da família Mangili. Mudou-se de Monte Marenzo (Bérgamo) para Udine, em 1650, em companhia de três filhos: Benedetto, Giobatta e Girolamo. Inicialmente, permaneceram em Piazza San Giácomo e depois migraram para a via Mercatovecchio 3. Na região de Povoletto, em Marsure di Sotto, construíram a residência de campo da família. Giobatta, filho de Lorenzo, em 1746, adquiriu o Palácio da Piazza de Garibaldi, então pertencente aos Barnabitas e atualmente conhecido como del Torso (Dargent, 2023).

Foi no palácio dos marqueses de Mangili que Giuseppe Garibaldi hospedou-se em 1867 e proferiu seu discurso aos cidadãos de Udine, com a vitória no mencionado processo de unificação da Itália, o *Risorgimento*. O acontecimento foi descrito pelo jornalista, pintor e crítico de arte Antonio Picco, que narrou que Garibaldi aceitou o convite do Marquês de Mangili para discursar da varanda de sua residência à multidão que acompanhava o evento. Garibaldi destacou, em seu discurso, os feitos que levaram à unificação da Itália e sinalizou o que ainda deveria ser feito para fixar a capital do país em Roma. Em 1882, após a morte de Garibaldi, foi colocada uma pedra na fachada da casa de Mangili em sua homenagem e como lembrança ao memorável discurso (Dargent, 2023).

Há, ainda, registro de homenagem feita por integrante desta família, Fanny Mangili, em memória de seu irmão Giácomo, por ocasião da reforma do Castelo Sforzesco, em Milão. Na restauração da edificação, que contou com seu auxílio financeiro, fixou-se lápide no primeiro pátio de sua área central com a seguinte inscrição (Chi Era Costui, 2023, s/p):

Pela piedade familiar e adoração gentil das memórias de nossa pátria. - Fanny Mangili - Em memória de seu irmão Giácomo, desejou generosamente contribuir para a restauração deste castelo. A morte imatura confiou o piedoso voto sagrado pelas lágrimas aos irmãos Sen. Cesare e Alberto que o cumpriram reverentemente no ano MCMVIII, II de seu falecimento.

Fanny, que viveu de 1872 a 1906, além de ter sido uma das financiadoras da reforma do Castelo Sforzesco, em outro ato de benevolência doou significativa importância ao Conservatório de Milão para servir como premiação aos alunos da instituição. Conforme Pombo (1906, p. 127), “Fanny Mangili, irmã do senador italiano Cesare Mangili, e grande

amadora de música, há pouco falecida, deixou ao conservatório de Milão a soma de 500.000 liras, para serem distribuídas como prêmios aos melhores alunos”.

A família de Fanny Mangili desenvolvia o transporte por navegação nos lagos Maggiore, na divisa entre a Itália e a Suíça, e Garda, maior lago italiano, situado no norte do país, entre as regiões da Lombardia, Vêneto e Trentino Alto Adige. Referida atividade empresarial foi dirigida por seu irmão Cesare Mangili (1850-1917) desde 1887, o qual foi nomeado senador do Reino da Itália em 1905, função que exerceu até seu falecimento, e presidente da *Banca Commerciale* italiana em 1907 (Wikipedia, 2023b).

Mas a crise financeira que motivou as supras mencionadas guerras travadas para a unificação da Itália e se agravou durante sua ocorrência atingiu sobretudo as pessoas que viviam na área rural daquela localidade. Aspiravam por melhores condições de vida e pela redistribuição das terras que estavam concentradas nas mãos de latifundiários e da Igreja, o que não ocorreu mesmo após a unificação territorial e política da Itália (Allegranzzi; Callai, 2019).

Integrantes da família Mangili que viviam na região da Lombardia, próxima a Bérgamo, na cidade de Almenno San Bartolomeo, entre muitos outros italianos, decidiram buscar novas oportunidades de trabalho na América, em especial no Brasil. Foram motivados para a imigração pelas mencionadas condições econômicas desfavoráveis em que viviam na Itália e pelos incentivos financeiros vindos do governo e dos fazendeiros brasileiros.

O Rei Umberto I era um dos muitos navios que transportavam os imigrantes italianos da Itália para o Brasil no final do século XIX. Pertencia à Società Rocco Piaggio & Figli, companhia de navegação que foi fundada em 1870, em Gênova, pelo armador Rocco Piaggio, com o objetivo de levar italianos que pretendiam emigrar para a América do Sul, especialmente para o Brasil e para a Argentina. Foi adquirido junto ao estaleiro escocês MacMillan e seu trajeto era de Gênova, na Itália, ao Rio de Janeiro e de lá para Santos, Montevidéu e Buenos Aires, no total de vinte e dois dias de viagem. Até 1885, o navio Rei Umberto I realizou mais de quarenta viagens de ida e volta na rota mencionada (Januzzi, 2005).

Consta do Livro de Registro da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo de número 35, na página 162, que Angelo Mangili, agricultor italiano de setenta e dois anos de idade, desembarcou do navio Rei Umberto I no porto de Santos, vindo da Itália, em 17 de novembro de 1892. Estava acompanhado na chegada ao Brasil dos seguintes familiares: Giovanni Battista Mangili (filho de vinte e oito anos), Maria Oliva (Marietta) Bergonzi Mangili

(nora de vinte e quatro anos) e Agnese Anna Mangili (neta de um ano e que viria a falecer vinte e cinco dias depois do desembarque) (São Paulo, 2023).

Angelo Mangili era viúvo de Sara Domenica Rota Mangili, falecida em 1889, aos cinquenta e oito anos de idade, na Europa. É natural da Comuna de Almenno San Bartolomeo, localizada na Província de Bergamo, na região da Lombardia, no norte da Itália. Além de Giovanni Battista, Angelo tinha outras duas filhas: Maria Palma (1861-1882), nascida em Mapello, e Maria Catterina (1867-1936), natural de Barzana, esta apelidada Nina ou Celina, casada e que permaneceu na Itália (Mangili, 1993).

A família de Angelo Mangili, como muitas outras de imigrantes europeus, utilizou os trens da São Paulo Railway Company, da Companhia Paulista de Estrada de Ferro e da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para chegar às fazendas de propriedade de Gabriel e Orlando Novaes, localizadas na Vila do Caracol, atual município de Andradas, no sul do Estado de Minas Gerais, nas quais se dedicou à agricultura.

Giovanni Battista, filho de Angelo, assim como as irmãs, nasceu em Mapello, mas se mudou para Almenno San Bartolomeo em 1878, onde se casou, em 29 de janeiro de 1888, com Maria Oliva (Marietta), natural da mesma localidade. Tiveram duas filhas na Itália antes de emigrarem para o Brasil: Luigia Maria (1889-1890) e Agnese Anna (1891-1892). Ele era alfaiate na Europa, mas passou a trabalhar nas lavouras de café em referidas fazendas brasileiras no município de Andradas. Maria Oliva (Marietta) estava grávida quando desembarcaram no Brasil e o filho Carmelino (Camiló) nasceu em 30 de janeiro de 1893, na cidade de Andradas. Na mesma localidade, dois meses depois, em 18 de março, conforme registro religioso, e em 19 de março, segundo registro civil, faleceu o patriarca da família, Angelo Mangili (Mangili, 1993).

De Andradas, os integrantes da família Mangili mudaram-se para a área rural de Espírito Santo do Pinhal, município paulista próximo, para atuar como colonos na Fazenda Guarani, de propriedade de Joaquim de Almeida Vergueiro. No local, nasceram outros filhos de Giovanni Battista e Maria Oliva (Marietta), batizados como João e Victório, em 19 de junho de 1903 e em 26 de julho de 1905, respectivamente. O casal teve mais cinco filhos, os quais receberam os nomes de Paschoa Adelli, Serafino, Santina, Ambrosio e André, mas foram vítimas das altas taxas de mortalidade infantil da época (Mangili, 1993).

Com os recursos economizados com o trabalho na Fazenda Guarani, a família Mangili mudou-se para a área urbana do município de Espírito Santo do Pinhal em novembro de 1911, após adquirir imóvel situado no Largo da Santa Cruz para servir como venda de ‘secos e molhados’. Giovanni Battista

deixou a atividade como agricultor e se tornou ‘negociante’ no novo armazém e o filho Carmelino (Camilo) o auxiliava nas vendas, após período de aprendizado do ofício da carpintaria em oficina de José das Neves (Mangili, 1993).

Carmelino (Camilo) casou-se com outra descendente de italianos, Tereza Turbiani, filha de Cyrilo Turbiani e de Clotide Mischi Turbiani, em 27 de janeiro de 1916, em Espírito Santo do Pinhal. A família Turbiani havia desembarcado no Porto de Santos em 01 de outubro de 1892, vinda da Itália a bordo do navio Mentana, de propriedade da companhia italiana Fratelli e Lavarello e que operou até 1901, no período final com o nome de Sud America. Conforme registro feito na página 291 do Livro da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, Cyrilo Turbinani tinha vinte e nove anos na chegada a Santos e estava acompanhado da esposa Clotilde (vinte e oito anos) e dos filhos Giovanni (três anos), Tereza (um ano) e Sílvio (poucos meses de idade) (São Paulo, 2023).

Na **Figura 1**, Carmelino (Camilo) e Tereza aparecem com os filhos Nelson e Irineu, ao lado de Giovanni Battista, Maria Oliva (Marietta), João e Victório.

Figura 1 - Família Mangili



Fonte: Acervo familiar

Carmelino (Camilo) e Tereza tiveram nove filhos: Nelson (em 12.02.1917, casado com Amélia Fernandes), Irineu (em 23.11.1918, casado com Erene Bueno de Oliveira), Maria Aparecida (em 13.06.1920), Romilda (em 23.09.1922), Magda (em 23.03.1925, casada com Amador Monfardini), Antonio (em 06.06.1927, casado com Anna Duarte Staut), Delma (em 12.08.1929), João Baptista (em 19.02.1932, casado com Dagmar Therezinha de Jesus Santos) e Clotilde (em 08.10.1935, casada com Antonio de Castro Leite). Giovanni Battista faleceu em Espírito Santo do Pinhal em 28 de outubro de 1933, com sessenta e nove anos de idade, e as atividades no armazém e no comércio de carnes que mantinha na mesma cidade ficaram a cargo de Carmelino (Camilo) e passaram a ser desenvolvidas com a ajuda de dois de seus filhos: Irineu e Antonio (Mangili, 1993).

João, o segundo filho de Giovanni Battista e Maria Oliva (Marietta), trabalhou como auxiliar de farmacêutico em estabelecimento da família Bretas, localizado na Praça Moreira Cesar, e depois na tipografia Jannini, de propriedade de Sebastião Cruz, ambos em Espírito Santo do Pinhal. Este último estabelecimento foi posteriormente adquirido por Giovanni Battista, que o instalou no Largo da Aparecida e o destinou aos cuidados de seu segundo filho. João casou-se com Yolanda Palmieri, em 1927, e o casal teve três filhos: Magali (casada com Paschoal Milton Lentini), Maria José e João (casado com Rosa Maria Tosi). A tipografia foi responsável pela impressão de um dos primeiros jornais da cidade, denominado 'A Tribuna'. João teve como auxiliar o sobrinho Nelson, filho mais velho de Carmelino (Camilo), a quem ensinou o ofício e que posteriormente passou a exercê-lo em Mogi Mirim, onde fundou a Gráfica São José (MANGILI, 1993). Nelson Mangilli foi homenageado pelos feitos ao município de Mogi Mirim com a atribuição de seu nome a viaduto situado no quilômetro 3,080 da Rodovia Estadual SP 157/340, pela Lei Estadual número 12.364, de 27 de abril de 2006 (São Paulo, 2006).

O terceiro filho de Giovanni Battista e Maria Oliva (Marietta), o Vitório, foi construtor e desportista, tendo sido jogador do Radium Futebol Clube do município paulista de Mococa, fundado em 1925. Integrou a primeira diretoria do Ginásio Pinhalense em 1937, clube do qual foi um dos fundadores e onde manteve um bar. Foi casado com Ida Maria Simionato e o casal teve uma única filha, chamada Alba Luzia, que se casou com Rodolpho Sellito (Mangili, 1993).

Outros patriarcas da família Mangili imigraram para diferentes regiões do território brasileiro no mesmo período histórico em análise. O recorte feito com a história da chegada de Angelo Mangili ao Brasil e das

atividades desenvolvidas por seus descendentes diretos na região da Baixa Mogiana é ilustrativo do período em estudo e da contribuição dos imigrantes italianos para a formação da cultura brasileira.

5.2 A família Manara

Trata-se de outra família de origem italiana que também emigrou para o Brasil no final do século XIX, especialmente para a região da Baixa Mogiana do Estado de São Paulo, cuja história igualmente ilustra a relevante contribuição dos italianos para a formação da cultura brasileira.

Os registros históricos noticiam que é família antiga da região italiana da Lombardia, que tinha integrantes com funções consulares e administrativas (decurional) no antigo Império Romano. Moravam em Cremona, mas também mantinham residência em Milão. Os mesmos indicadores históricos são no sentido de que a família Manara originou-se de um irmão do rei Lao, da Noruega e que, a serviço do rei da França, conquistou a região da Borgonha, para depois chegar à Itália e em Cremona, após passagens pela Ligúria. Os historiadores cremoneses, por outro lado, sustentam que a família Manara descende de um cavaleiro francês chamado Manarino, que teria fixado residência em Cremona no ano mil. A família Manara é tida como das mais antigas e nobres de Cremona, de onde saíam dois cônsules e vinte e dois decuriões: Roland, em 1110, foi o primeiro, e o Giuseppe, em 1772, o último (Heráldica, 2023).

Também há registro da participação de integrantes da família Manara na ordem religiosa católica da Itália. Paolo Manara, nascido em 1544, foi sacerdote da ordem dos Pregadores e posteriormente nomeado bispo de Acerno, na região da Campania (Província de Salerno) pelo Papa Clemente VII, em 20 de outubro de 1604, onde atuou até sua morte, em 1611 (Wikipedia, 2023d). Outro arcebispo italiano da mesma família, Achille Manara, nascido em Bolonha, em 20 de novembro de 1827, e falecido em Ancona, em 15 de fevereiro de 1906, foi ordenado bispo de Ancona e Numana, em 12 de maio de 1879, pelo Papa Leão XIII. O Papa Pio X elevou a diocese de Ancona à condição de arquidiocese, em 1904, quando Achille Manara foi nomeado o primeiro arcebispo local (Wikipedia, 2023a).

A história ainda registra a participação de militar oriundo da família Manara no *Risorgimento*, que foi o supra mencionado período de lutas pela unificação territorial e política da Itália. Trata-se de Luciano Manara, nascido em Milão, em 23 de março de 1825, e falecido em Roma, em 30 de

junho de 1849, que teve atuação na política, como chefe do Estado Maior do governo de Giuseppe Garibaldi. Lutou na Batalha dos Cinco Dias de Milão, liderando operações que levaram à tomada da Porta Tosa, na Primeira Guerra da Independência Italiana. Luciano Manara, como chefe do corpo do exército italiano denominado Bersaglieri, chegou a organizar grupo de quinhentos voluntários para combates no Piemonte, nas regiões do Pó e da Cava, na Lombardia, posteriormente denominada Cava Manara em sua homenagem (Wikipedia, 2023c).

Apesar de referidos registros históricos, os motivos que levaram alguns integrantes da família Manara a emigrar para o Brasil foram os mesmos que trouxeram a família Mangili: a busca de melhores condições de vida como alternativa para as dificuldades econômicas vivenciadas na Itália no período do *Risorgimento*.

Na região da Baixada Mogiana, especialmente em Mogi Mirim, referida família teve como patriarca o italiano Giuseppe (José) Manara, que se casou com outra descendente de italianos, Luigia (Luiza) Chiavegato, ambos oriundos de Verona. Luigia Chiavegato chegou ao porto de Santos no navio Regina em 12 de janeiro de 1889, com doze anos de idade, em companhia da mãe Angela (quarenta e oito anos) e da irmã Maria (vinte e quatro anos), como consta da página 158 do livro 17 da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo (São Paulo, 2023). Giuseppe Manara veio para o Brasil com dezoito anos de idade e quase três anos depois, em 24 de dezembro de 1891, quando desembarcou do navio Perseo, também no porto de Santos, com a mãe Santa Bianchini (cinquenta e dois anos) e o irmão Giovanni (vinte e oito anos), conforme registro constante da página 107 do livro 32 da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo (São Paulo, 2023).

Giuseppe e Luigia casaram-se em 30 de janeiro de 1896, na Matriz de São José de Mogi Mirim, e tiveram onze filhos, a seguir relacionados com as datas de nascimento e os nomes dos respectivos consortes entre parênteses: João (22.10.1896 - Augusta Tirapelle), Rosa (1898, João José Moretto), Tereza (21.08.1901 - Guerino Longo), Luiz (26.02.1903 - Tereza Tonor), Vítório (27.07.1904 - Rosa Moretto), Daniel (23.12.1907 - Ana Isabel Almeida Sales), Maria (20.02.1909 - Celeste Fávero), Santina Angela (03.09.1911 - Angelo Longato), Ema Maria (13.11.1913 - Sebastião Dovigo), Antonio (10.02.1916 - Maria Mazon) e Vitalina (30.01.1920 - José Pinto Adorno), conforme **Figura 2**. Giuseppe Manara e Luigia Chiavegato faleceram em 19 de dezembro de 1959 e em 28 de fevereiro de 1961, respectivamente, quando residiam na região central de Mogi Mirim, na rua Treze de Maio número 407 (Bridi; Campos, 2016).

Figura 2 - Família Manara



Fonte: Acervo familiar

Dos registros de imigrantes realizados pela Delegacia de Polícia de Mogi Mirim no período de 1940 a 1952, constam nomes de parentes colaterais de Giuseppe Manara, a saber, João e Luigi Manara, como lavradores oriundos de Verona, nascidos em 31 de abril de 1874 e em 16 de outubro de 1877, respectivamente, e desembarcados no porto de Santos em 14 de agosto de 1888 (Bridi; Campos, 2016). A Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo tem registro em seu livro, na página 59, com o número 405, da família de Santo Manara (cinquenta anos), sua esposa Albina Manara (quarenta e um anos) e os filhos Maria (dezessete anos), Giovanni (catorze anos), Luiggi (onze anos) e Emma (quatro anos), como desembarcados do navio Sud America (antigo vapor Mentana), na data e no local acima mencionados (São Paulo, 2023).

A família Manara dedicou-se à agricultura em Mogi Mirim, sobretudo ao cultivo do café, na Fazenda Piteiras, de propriedade do patriarca Giuseppe, e o nome de João Manara também aparece na relação de cafeicultores locais do início do período do governo republicano (Bridi; Campos, 2016). Referida propriedade rural pertencia originalmente

ao Coronel Antonio Joaquim de Freitas Leitão e a parte adquirida por Giuseppe Manara tinha cerca de setecentos alqueires e ocupava a região situada entre as entradas da cidade de Mogi Mirim e o distrito de Martim Francisco até a redondeza da estrada de Artur Nogueira, atual rodovia dos Agricultores.

Segundo Urbine (2012, p. 35-36):

Esta propriedade do Coronel Leitão foi construída pelos seus escravos. Eram edificações feitas de grossas telhas-vã, telhados caídos num máximo de proteção contra o sol forte e as chuvas tropicais. Não foi nenhuma reprodução de casas portuguesas, mas uma expressão nova, adequada ao nosso clima. A casa da sede da fazenda Piteiras continha na frente oito janelas e uma porta, e na lateral, confrontante com a estrada, havia quatro janelas. O interior do casarão era assoalhado e ladrilhado. Além da casa grande, havia compartimentos destinados à acomodação de mucamas: escravas selecionadas para auxiliar em serviços domésticos ou acompanhar pessoas da família, geralmente as sinhás. [...] Possuía ainda uma edificação contendo 27 portas, que abrigava 51 escravos de sua propriedade. A maioria das senzalas tinha grandes janelas com grades.

Urbine (2012, p. 36 e 38) fornece outras informações sobre o casarão da fazenda Piteiras:

Foi esta propriedade do Coronel Leitão que foi visitada por D. Pedro II e sua comitiva, por ocasião de sua primeira visita à nossa cidade. [...] O casarão das Piteiras tornou-se o cenário de boa parte da história de Mogi Mirim. Nesse local, o Coronel Leitão costumava organizar festas que eram famosas e concorridas em nossa terra. Entre elas, as juninas, consagradas a Santo Antonio, São João e São Pedro, fazendo a alegria dos cativos. [...] Depois do falecimento do Coronel Leitão, essa propriedade foi dividida entre seus herdeiros. Tempos depois, o casarão foi restaurado, abrigando vários eventos sociais, como casamentos, aniversários dentre outros. Hoje o casarão da fazenda Piteiras é um grande patrimônio histórico e cultural de Mogi Mirim. É a construção particular mais antiga desta cidade, levantada por volta de 1853, sendo o Coronel Leitão o primeiro proprietário do imóvel.

O casarão da fazenda Piteiras (**Figura 3**) foi restaurado de forma a manter suas características arquitetônicas originais.

Figura 3 - Sede da Fazenda Piteiras (original e restaurada, respectivamente)



Fonte: Urbine (2012)

Em 1885, chegaram a Mogi Mirim, por transporte ferroviário, 1575 imigrantes, dos quais apenas 65 permaneceram no município. Os demais foram para Ribeirão Preto (883), Casa Branca (211), Penha (178, atual Itapira), Amparo (170) e Mogi Guaçu (68). Os fazendeiros locais assustaram-se com o grau de instrução dos imigrantes italianos, fruto de movimentos políticos europeus da época, como anarquismo, iluminismo e comunismo, e com suas reivindicações como trabalhadores livres. Chegaram a cogitar a necessidade de trazer mais imigrantes para se estabelecer certa concorrência entre eles e baratear o preço da mão de obra (Bridi; Campos, 2016).

Nas palavras de Bridi e Campos (2016, p. 18-19):

Um dos grandes sonhos do imigrante era o de conseguir poupar dinheiro para, algum dia, poder comprar uma pequena propriedade rural. Nela seriam praticados os cultivos de diversas espécies agrícolas além daquela que era o grande esteio da economia nacional: a lavoura cafeeira. [...] Trabalhar na lavoura não era a meta de mais de 50% dos imigrantes desembarcados em São Paulo. Embora grande parte deles viesse do meio rural de várias regiões italianas, o principal sonho deles era melhorar de vida e, pela expressiva parcela, isso seria conseguido transferindo-se da lavoura para a cidade ou então, por meio de poupança durante alguns anos, comprar uma pequena propriedade rural. Permanecerem como trabalhadores assalariados era uma situação que não oferecia aos imigrantes locais perspectivas para evolução social e econômica. Disso eles já tinham experiência desde que trabalharam em propriedades rurais na Itália.

Foi o que a família Manara colocou em prática: com os recursos

poupados com o trabalho em sistema de colonato, adquiriu a fazenda Piteiras e seus integrantes tornaram-se importantes produtores rurais com o cultivo do café, principal produto de exportação brasileira da época.

A célebre crise do café de 1929 e o êxodo rural que a seguiu contribuíram para a migração da população brasileira para o meio urbano no século XX, o que aconteceu com a família Manara, pois poucos de seus membros ainda residem em áreas que compunham a antiga fazenda Piteiras, na zona rural do município de Mogi Mirim.

5.3 A família Longato

O histórico da família Longato é muito semelhante ao das famílias Mangili e Manara. É oriunda da região do Vêneto, da Comuna de Arre, na Província de Pádua (Pádua), situada no norte da Itália. O local tem belas paisagens naturais, como as montanhas Dolomitas, o lago Garda, os Alpes Cárnicos e os Montes Eugêneos (Patelli Filho, 2023).

O casal Ludovico Longato e Domenica Brusca Longato chegou ao porto de Santos no vapor Poitou, em 09 de julho de 1888, vindo da Itália com os mesmos propósitos que motivaram outros italianos a deixar a terra natal: buscar melhores condições de trabalho e de vida para a família. Ludovico, filho de Santo Longato e de Madalena Barille, nascido em 25 de agosto de 1842, na comuna de Arre, localizada na Província de Pádua, tinha quarenta e seis anos de idade e sua esposa Domenica, com a qual havia se casado em 27 de abril de 1872 na mesma cidade em que nasceu, contava trinta e três anos de nascimento no desembarque em Santos. Estavam acompanhados dos filhos italianos Madalena (quinze anos), Catarina (doze anos), Tereza (dez anos), Pietro (quatro anos) e Angela (um ano), como consta do Livro de Registro da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo de número 12, especificamente na página 169 (São Paulo, 2023).

O navio que trouxe a família Longato ao Brasil, assim como os outros vapores acima mencionados, fazia o trajeto de Gênova, na Itália, à Bacia do Rio da Prata, na Argentina, e tinha as seguintes características (Floriani, 2013, s/p):

Navio de 1926 toneladas pertenceu também à Companhia francesa SGTM Lines - Societé Generale du Transporte Maritimes e tinha 99 metros de comprimento e 10,6 metros de largura. Poitou tinha apenas uma chaminé, dois mastros de vela e era construído em ferro com apenas uma hélice propulsora. Dois motores invertidos davam a ele a veloci-

dade de 10 nós. Foi construído pelos estaleiros Malcolmson Brothers em Waterford na Irlanda.

Ludovico e Domenica também foram para a área rural de Mogi Mirim para o trabalho na lavoura, onde fixaram residência como colonos. Chegaram a retornar à Itália após período de cerca de um ano de estadia no Brasil, mas voltaram a Mogi Mirim depois de igual tempo de moradia na Europa (Tirapelle, 2012).

O casal teve outros dois filhos no Brasil, Luiz e José (Bepe), e os filhos Pedro e Madalena provavelmente permaneceram na Itália após o retorno da família. Dos já mencionados registros de imigrantes da Delegacia de Polícia de Mogi Mirim, correspondente ao período de 1940 a 1952, também consta o nome de Catarina Longato como descendente de família italiana oriunda de Pádua e desembarcada no Brasil em 28 de outubro de 1888 (Bridi; Campos, 2016). Catarina casou-se com Augusto Tirapelle e o casal teve seis filhos, chamados Madalena, Afonso, Lívio, Josefa, Ida e João. Catarina residiu em Mogi Mirim, onde faleceu em 18 de fevereiro de 1957, aos oitenta e um anos de idade (Tirapelle, 2012).

Outra filha do casal, a Tereza, igualmente nascida na Província de Pádua, em 4 de junho de 1878, casou-se com Luigi (Luiz) Mazon e ambos residiam em Mogi Mirim. Luigi morava em fazenda de propriedade de Luiz de Brito, situada no bairro Tanquinho, e Tereza residia na fazenda Dona Justina, no bairro das Piteiras. O casal adquiriu o sítio Morro Vermelho, também em Mogi Mirim, para cultivar milho e teve oito filhos, a seguir relacionados com os nomes dos respectivos cônjuges entre parênteses: Angelina (Serafim Guarnieri), Feliciano Albino (Parcedes Davoli), Jacyn-to Mario (Agide Davoli e Maria Aparecida Paschoal), Antonio Guerino (Rosina Bernardi), Maximiliano (Angela Furigo), Eugênio (Sofia Idalina Mantovani), Maria (Antonio Manara) e Santo (Júlia Mantovani) (Bridi; Campos, 2016).

A filha italiana mais nova de Ludovico e Domenica, a Angela, nascida em 20 de outubro de 1887, também na Província de Pádua, casou-se com Santo Clemente Tirapelle. Ele era irmão de Augusto Tirapelle, marido de Catarina Longato, e ambos trabalhavam na lavoura, no bairro de São João da Glória, em Mogi Mirim. Angela e Santo mudaram-se para Tabapuã em 1922 e, em seguida, para Votuporanga, ambos municípios paulistas. O casal teve onze filhos: Mario, José, Adelino, Hideo, João, Idalina, Maria Júlia, Arlinda, Lydia, Angela e Leonizia (Tirapelle, 2012).

Merecem destaques pontos de enlace entre as famílias Longato e

Manara, que foram os casamentos de Maria, filha de Tereza Longato, com Antonio Manara, filho de Giuseppe e Luiggia Manara, e da irmã dele, Santina Angela Manara, com Angelo Longato, parente colateral de Ludovico Longato (Bridi; Campos, 2016).

Luiz Longato, um dos dois filhos brasileiros de Ludovico e Domenica, nascido em 1895, casou-se aos vinte e um anos de idade com descendente de família italiana de dezenove anos de idade, chamada Tercília Rossi, filha de Anselmo Rossi e Elisa Bologna, em 26 de fevereiro de 1916. Tiveram onze filhos, a seguir relacionados com os nomes de seus cônjuges entre parênteses: Honório, apelidado Didi (Horminda Valeriano), Mário (Olin-da Coan), Abílio (Theresinha Poltronieri), Luiz, apelidado Lilo (Lourdes Bizigato), Idalina (Paulo Junqueira), Josefina (Abílio Junqueira), Arminda (Lucas Frítoli), Irene (Manoel Lorenzetti Matos), Hirma, Geraldo (Luiza da Silva Pereira) e Irineu (Ada Maria Carvalho). O casal Luiz e Tercília adquiriu extensa propriedade situada na área urbana de Mogi Mirim, com o fruto do trabalho na lavoura e parte dela constitui atualmente bairro que recebeu o nome da família Longato (**Figura 4**).

Figura 4 - Família Longato



Fonte: Acervo familiar

Ludovico Longato faleceu em 01 de março de 1916, aos setenta e três anos de idade, menos de uma semana depois do casamento do filho brasileiro Luiz com a italiana Tercília, quando morava no sítio Tanquinho, na área rural de Mogi Mirim.

Tercília Rossi Longato foi homenageada com a edição do Decreto Municipal de Mogi Mirim de número 1210, em 28 de agosto de 1978, que atribuiu seu nome à praça de recreação no Jardim Tropical. Luiz Longato foi o nome dado à rua situada no Jardim Murayama I, no mesmo município. Os dois lugares mencionados integravam a área da propriedade da família Longato em Mogi Mirim. Paulo Longato, filho de José, o segundo filho brasileiro de Ludovico Longato, foi homenageado com a atribuição de seu nome à rua do município de Mogi Guaçu, no Jardim Sonia, pelo Decreto Municipal número 2071, de 13 de fevereiro de 1984.

O reconhecimento feito pelos municípios de Mogi Mirim e de Mogi Guaçu aos integrantes da família Longato, com a atribuição de seus nomes a logradouros, como ruas, praça e bairro, refletem o elevado grau de importância de sua participação na história destas localidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou demonstrar a importância dos imigrantes italianos para o desenvolvimento econômico e social dos municípios da região da Baixa Mogiana no Estado de São Paulo e para a formação cultural brasileira.

Os imigrantes italianos vieram em grande número para o Brasil na segunda metade do século XIX, após a abolição do trabalho escravizado em 1888, para substituir a mão de obra na lavoura.

As antigas plantações de cana de açúcar foram substituídas pelo cultivo do café. Os imigrantes italianos trabalhavam como colonos nas fazendas de café, na condição de assalariados ou no sistema de parceria denominado meação, pelo qual compartilhavam o resultado da colheita com os fazendeiros. Moravam com seus familiares em residências construídas nas próprias fazendas em que trabalhavam, as chamadas colônias.

Os italianos vinham para o Brasil e para outros países da América do Sul, como Uruguai e Argentina, a bordo de navios a vapor, como o Rei Umberto I, o Regina, o Mentana e o Poitou, os quais usualmente partiam de Gênova, na Itália, e atracavam no Rio de Janeiro, em Santos, em Montevideu e em Buenos Aires. Os italianos que desembarcavam em Santos tinham diferentes destinos no Estado de São Paulo ou em Estados próximos e a maioria deles utilizava o transporte ferroviário para se dirigir à Hospedaria

dos Imigrantes, no bairro do Brás, na Capital, e de lá para fazendas situadas em municípios do interior do país.

A companhia ferroviária que transportava os imigrantes italianos de Santos a São Paulo e da capital para Jundiaí era a inglesa São Paulo Railway Company. No trecho de Jundiaí a Campinas, naquela época, operava a Companhia Paulista de Estrada de Ferro e de lá para o interior do Estado e para o sul de Minas Gerais atuava a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Estas duas últimas companhias ferroviárias eram brasileiras e tinham entre seus acionistas os fazendeiros de café, os quais eram os grandes interessados no escoamento dos produtos que cultivavam para a exportação pelo porto de Santos.

Com o crescimento das cidades brasileiras e a industrialização nascente, para o que também foi decisiva a influência dos imigrantes italianos, iniciou-se o êxodo de trabalhadores do campo para o meio urbano, o que foi posteriormente acelerado pela crise do café de 1929. Os colonos economizavam os recursos angariados com o trabalho na cultura do café para iniciar atividades no comércio ou nas indústrias, trocando a vida nas fazendas por moradias nas cidades.

O recorte feito na segunda parte deste estudo é ilustrativo deste período histórico, com a análise da trajetória de três famílias italianas que vieram para a região da Baixa Mogiana dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais: Mangili, Manara e Longato. Imigraram para o Brasil para trabalhar no campo e, como muitas outras, reuniram recursos com o trabalho no sistema de colonato, como assalariados ou por meação, e adquiriram propriedades na cidade ou mesmo na área rural, para desenvolver suas próprias atividades econômicas. Muitos imigrantes italianos destacaram-se no ramo da indústria incipiente no Brasil e na Argentina, sobretudo nos ramos têxtil e alimentício.

A contribuição dos italianos foi relevante para a formação da cultura brasileira não somente na economia, mas também na religião, na alimentação, na música e em diversas áreas do conhecimento humano. Somada às mesmas contribuições de outros povos que também imigraram para o território brasileiro, miscigenando a população, tornou rica a cultura local por sua diversidade, como resultado do espírito acolhedor que ainda hoje bem recebe os que aportam no país.

REFERÊNCIAS

ALLEGRAZZI, E. R. M.; CALLAI, J. L. **Histórias de famílias italianas do centro cultural regional italiano**. Ijuí: Fenade, 2019, 203 p.

- BRIDI, C. L.; CAMPOS, S. R. **Italianos em Mogi Mirim**. Mogi Mirim: edição da autora. 2016, 287 p.
- BEZERRA, J. Unificação Italiana. **Toda Matéria**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/unificacao-italiana/>. Acesso em dezembro de 2023.
- CHI ERA COSTUI. **Scheda di Fanny Mangili**. Disponível em <https://www.google.com/imgres?img>. Acesso em dezembro de 2023.
- DARGENT. **Marquês de Mangilli Lorenzo de Benedetto**. Disponível em <http://www.dargentleioes.net.br>. Acesso em dezembro de 2023.
- ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., volume 1, 1982, 320 p.
- FLORIANI. **Vapor Poitou**. 2013. Disponível em <https://familiafloriani.blogspot.com/2013/09/floriani-imigrantes-vapor-poitou-agosto-1876.html>. Acesso em dezembro de 2023.
- FRANCO, C. **Italianos no Brasil**. 3ª ed, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.
- FREIRE, G.. **Casa grande e senzala**. 51ª ed., São Paulo: Global, 2003, 728 p.
- GOMES, L. **1889**: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo S.A., 2013, 415 p.
- HERÁLDICA, 2023 **Família Manara**. Disponível em <https://heraldryinstitute.com/lang/pt/cognomi/Manara/idc/19053>. Acesso em dezembro de 2023.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos/razoes-da-emigracao-italiana.html>. Acesso em janeiro de 2023.
- JANNUZZI, G. **Breve história de Itália**. Buenos Aires: Letemendia, 2005.
- LANZA, A. L.; M. L. LAMOUNIER. **Imigração e industrialização no Brasil e na Argentina (1870-1930)**. 2012. Disponível em https://www.abphe.org.br/arquivos/andre-luiz-lanza_maria-lucia-lamounier.pdf. Acesso em dezembro de 2023.
- LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural Ltda., volume 13, 1998, 3272 p.
- LÁZZARO, A. **Italianos**: base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.
- MANGILI, D. **Famiglia Mangili**: 100 anos de Brasil. Espírito Santo do Pinhal: edição da autora, 1993.
- MENDES JÚNIOR, J. Revista histórica do município de Mogi Mirim. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1889, reeditada em 1971, 86 p.

MARQUES, J. **História**: Companhia Paulista de Estrada de Ferro de Jundiahy a Campinas. São Paulo: Diário do Transporte, 2019. Disponível em <https://diario do transporte.com.br/2019/07/14/historia-companhia-paulista-da-estrada-de-ferro-de-jundiahy-a-campinas/>. Acesso em dezembro de 2023.

POMBO, J. N. **A arte musical**. Lisboa: Praça dos Restauradores, ano VIII, nº 178, 1906.

RIBEIRO, J. **História do Brasil**, 4ª, edição, São Paulo: Francisco Alves e Cia., 1912, 541 p.

SÃO PAULO. **Diário oficial do Estado de São Paulo**. Lei Estadual número 12.364, de 27 de abril de 2006. Disponível em <https://www.doe.gov.br>. Acesso em dezembro de 2023.

SÃO PAULO. **Museu da Imigração**. Disponível em <https://www.museudaimigracao.org.br/sobre-o-mi/historia>. Acesso em dezembro de 2023.

SILVA, L. M. de C. **Moji Mirim**: subsídios para sua história. Moji Mirim: Casa Cardona, 1950, 241 p.

TIRAPELLE, L. **A saga da família Tirapelle**: genealogia, árvore genealógica e dados históricos da família de Santo Clemente Tirapelle, Itu: Ottoni, 2012, 213 p.

URBINE, L. J. **Coronel Leitão**: 200 anos de história. Holambra: Setembro, 2012, 263 p.

WIKIPEDIAa. A Enciclopédia Livre. **Achille Manara**. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Achille_Manara. Acesso em dezembro de 2023.

WIKIPEDIAb. A Enciclopédia Livre. **Cesare Mangili**. Disponível em http://it.wikipedia.org/wiki/Cesare_Mangili. Acesso em dezembro de 2023.

WIKIPEDIAc. A Enciclopédia Livre. **Luciano Manara**. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Luciano_Manara. Acesso em dezembro de 2023.

WIKIPEDIAd. A Enciclopédia Livre. **Paolo Manara**. Disponível em http://it.wikipedia.org/wiki/Paolo_Manara. Acesso em dezembro de 2023.